



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000328-22.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **LEONIDA RODRIGUES FERNANDES**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços de telefonia mediante pagamento mensal de R\$ 19,88.

Alegou ainda que após um problema com o aparelho que utilizava, próprio para o serviço ajustado, tomou conhecimento de que o plano fora modificado para pré-pago, com o que não concordou.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade do procedimento que lhe foi imputado.

Inicialmente, ela própria reconheceu que a transação entre as partes tinha por objeto a prestação de serviços de telefonia fixa prestados com aparelhos que se assemelhavam a um telefone móvel (fl. 11, segundo, terceiro e quarto parágrafos), além de ressaltar que tais aparelhos foram retirados do mercado para comercialização (fl. 11, penúltimo parágrafo).

O relato vai ao encontro do que noticiou a autora quando mencionou a necessidade de adquirir novo aparelho da ré, valendo destacar que não se extrai de fl. 01 que a linha utilizada seria móvel.

Ao contrário, as faturas de fls. 02/05 apontam para plano Claro Fixo cuja manutenção é desejada pela autora.

Por outro lado, em momento algum a ré refutou a modificação do plano que vigorava para um pré-pago e tampouco justificou que este deveria prevalecer.

Soma-se a esse cenário a certidão de fl. 31, a qual respaldou a explicação da autora e confirmou que a linha trazida à colação não está funcionando em condições adequadas.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Nada de concreto foi amealhado para levar à ideia de que o plano então vigente deveria ser modificado para um pré-pago, impondo-se o retorno ao *status quo ante*.

Já o aparelho necessário para a plena utilização da linha deverá igualmente ser entregue pela ré à autora para que isso possa ser implementado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a manter o plano de telefonia contratado pela autora nos moldes das faturas de fls. 02/05, mediante remuneração mensal de R\$ 19,88, bem como para restabelecer o normal funcionamento da linha tratada nos autos (nº (16) 3374-2953) e entregar à autora no prazo máximo de dez dias o aparelho pertinente a esse tipo de serviço, tudo sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento das obrigações, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**